

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 812 - de 17 a 31 de agosto de 2017

HORA DE AFIRMAR A SAÍDA PARA O PAÍS



Lula chega no metrô de Salvador começando a Caravana

LULA PRESIDENTE, COM CONSTITUINTE!

**CHEGA DE ATAQUES
AOS DIREITOS
E ENTREGA DA NAÇÃO**



Diálogo e Ação Petista

Convocado Encontro Nacional 7 e 8 de Outubro
pág. 5

Reforma da Previdência

"Se botar para votar, o Brasil vai parar"
pág. 7

Nacional

Reforma Política, só com Constituinte
pág. 8

Estados Unidos

Seis meses de Trump, seis meses de caos
pág. 11

PM promove genocídio de jovens negros

Dados sobre assassinatos no Rio de Janeiro são alarmantes

Em pouco mais de um ano (janeiro/2016 e março/2017) pelo menos 1.227 pessoas foram assassinadas pela Polícia Militar no Rio de Janeiro. Os dados mostram o aumento do verdadeiro genocídio da juventude negra. Em cada 10 mortos, nove são negros ou pardos. Do número total, apenas 141 são brancos. Segundo do Instituto de Segurança Pública (ISP) com base nos Boletins de Ocorrência da polícia civil, o principal alvo da PM-RJ continua sendo o jovem negro em situação social de vulnerabilidade, que representa mais da metade dos casos.

Os locais escolhidos pela PM para suas ações se concentram nos "morros e favelas". Na Zona Sul foram registrados apenas 1% (14 mortes), enquanto nas comunidades mais carentes os números são bem mais elevados. O ex-comandante da PM, o coronel da reserva Ibis Pereira da Silva, afirma que "esses espaços acabam sendo a periferia, os espaços de pobreza. Ela não vai fazer isso na

zona sul onde você pede droga pelo telefone, que você tem que ter um inquérito."

O Rio não é uma exceção

Os noticiários nacionais destacam rotineiramente a crise política e financeira que vive o estado do Rio de Janeiro e uma das consequências dessa crise é essa política que continua matando a juventude negra. Ao ser questionada, a Secretaria de Segurança Pública do estado se calou quanto ao perfil (sua maioria negros), mas assumiu que os números são "sim, muito altos" e justificou que estão "mês a mês perdendo recursos humanos e materiais" e está com a mobilidade e o serviço preventivo comprometidos, tendo como consequência um "maior enfrentamento". Em outras palavras, a precarização dos serviços públicos no Rio de Janeiro tem como uma das consequências a morte de diversos jovens negros.

Ainda que esses dados sejam um recorte da realidade do Rio de Janeiro,

eles seguem o perfil de assassinatos em todo o país. Segundo o Atlas da Violência 2017, para cada cem pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Enquanto para os negros houve um aumento da taxa de 18,2% (entre 2005 e 2015) para os não negros teve uma diminuição de 12,2% nos assassinatos. Como afirma o próprio relatório do Atlas da Violência 2017, os "negros continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra". Segundo a diretora da Anistia Internacional no Brasil, Jurema Werneck, a violência não atinge de forma igual toda a sociedade no país: "Racismo, pobreza e a região onde os homicídios ocorrem são componentes importantes que nos ajudam a entender o perfil das vítimas da polícia".

Além do genocídio, os jovens negros sofrem as consequências de uma justiça seletiva, como é o caso de Rafael Braga, preso desde janeiro deste ano (ver pag. 6).

Desmilitarização da PM já!

A polícia militarizada foi um dos entulhos da ditadura militar de 1964 que se manteve. Uma polícia que em vez de garantir a segurança da população está pronta para guerra na qual o principal inimigo é a população pobre, em sua maioria negra e jovem. A desmilitarização da PM hoje é o fim de uma corporação que sobe os morros em ação de guerra, pronta para matar e não para proteger.

Para isso temos que passar o país a limpo, varrer os entulhos que a ditadura nos deixou. Uma Assembleia Constituinte é que pode nos abrir uma via. A PEC 51 do Senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que propõe a desmilitarização da PM se encontra travada desde 2013 no Senado Federal. Nenhum projeto que possa beneficiar o povo trabalhador e a juventude brasileira sairá desse Congresso apodrecido, que serve como balcão de negócios do governo golpista.

Joelson Souza

Estudantes ocupam Câmara de São Paulo

A ocupação foi contra retirada de direitos, como passe-livre, e as privatizações do prefeito

Estudantes, entidades estudantis e movimentos sociais ocuparam a Câmara Municipal de São Paulo, na tarde de quarta-feira (9 de agosto), onde permaneceram até a sexta, dia 11.

A ocupação veio em resposta aos recentes cortes no Passe livre estudantil e em outros direitos como o Transporte Escolar Gratuito (TEG), o leve-leite e até mesmo na merenda. Engajado em uma campanha de loteamento de serviços e direitos públicos, João Dória Jr (PSDB) não respeita nem mesmo a educação e a juventude. As privatizações de espaços públicos que servem para o lazer da juventude, são mais cruéis agora já que o próprio direito de mobilidade foi limitado.

O estudante agora é obrigado a se locomover durante um período reduzido. Antes o estudante contava com oito embarques ao dia (ou seja, 24 horas). Agora, com o corte do prefeito João Dória, são apenas quatro embarques em um período de duas horas e duas vezes por dia. Isso limita o passe livre ao deslocamento de casa para a escola.

O número de cotas também irá variar de acordo com carga horária de cada curso, uma injustiça com estudantes que não tem acesso a bibliotecas nem locais de estudo em sua região

Lazer, esportes, atividades culturais e qualquer outro tipo de tarefas que



Plenário da Câmara Municipal de São Paulo, ocupada por 48 horas

exijam que o estudante que mora na periferia se locomova, estão comprometidas. O que isola ainda mais a juventude nas periferias, onde apenas a violência do estado policial, a Polícia Militar, chega.

A justificativa de Dória é uma "economia" de setenta milhões de reais, enquanto apenas com propaganda o tucano gasta 100 milhões por ano.

"Nossa luta apenas começou"

A Juventude Revolução (JR) esteve presente nas 48 horas de ocupação.

Wesley Rage, militante da JR e diretor da UNE, contou para o jornal

um pouco de como foi a ocupação.

"A ocupação teve como centro a luta contra os PL's de privatizações do governo Dória e também contra as recentes mudanças implementadas pela gestão ao passe livre estudantil. Desde o início da ocupação foi impossível qualquer diálogo equilibrado com o presidente da casa, Milton Leite (DEM), que não assumiu nenhum compromisso com as nossas reivindicações e nos impôs uma greve de fome e sede por mais de 8h. Além disso, o prefeito, como um trator, minou qualquer possibilidade de avan-

çarmos nas negociações com o legislativo de SP, dissuadindo os vereadores e vereadoras em garantirem que o PDL de um Plebiscito fosse para votação no plenário da casa.

Mesmo diante de todas as tentativas do Milton Leite e João Dória de tentar nos tirar a força, nos deixar com fome e com sede, com pressão psicológica, etc, a justiça reconheceu, numa ação judicial histórica, a legitimidade da ocupação proibindo que o prefeito e o presidente da Câmara nos despejassem de forma violenta e imediata do plenário".

Rage destaca a coragem dos estudantes e a continuidade da luta. "Foi escrito mais um capítulo da história do País, ousamos e tivemos a coragem de carimbar o Dória como o marqueteiro que tira o leite das crianças, joga água em moradores de rua, congela verba da cultura, desmonta os serviços públicos e quer vender nossos patrimônios.

A nossa luta apenas começou, daremos continuidade nas ruas, começando pelo dia 17 de agosto construindo um grande ato da jornada de lutas da UNE, em defesa da Educação, contra as privatizações e pela revogação das medidas no Passe livre Estudantil!"

O PT não tem o direito de errar

Um parlamento desacreditado, dominado pelas oligarquias que servem aos interesses da reação.

Um executivo golpista em crise, cuja "base aliada" cobra cada vez mais caro a sua sustentação.

Um judiciário instrumentalizado pela ofensiva contra o povo e suas organizações, a começar pela perseguição a Lula e ao PT.

São os três poderes do Estado, submisso ao imperialismo, apelidado "mercado".

Aí vem a investida do capital financeiro, hoje concentrada na Venezuela e contando com os golpistas.

Mas aqui, como na Venezuela, a classe trabalhadora ainda não foi abatida, mesmo se a situação é difícil. "Não vamos esmorecer", disse um sindicalista da Ford, diante das demissões na multinacional. "Vamos lutar contra a privatização da Petrobrás", decidiu o Congresso da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT). Os servidores federais se mostram dispostos a irem à greve contra os novos ataques anunciados pelo governo. A CUT reafirma a luta pela revogação da contrarreforma trabalhista e para derrotar a contrarreforma da Previdência. No campo, onde aumenta a violência do latifúndio, os camponeses não jogaram a toalha.

É a esses trabalhadores e oprimidos da

cidade e do campo, é aos jovens que não cessaram sua luta, primeiro contra o golpe e agora contra a política golpista, que o PT deve se pronunciar.

É com eles que PT poderá contar - se levar a sério no programa e nas alianças - a segunda chance que o povo lhe dá, após as duas derrotas de 2016, no impeachment e nas eleições, agora que as pesquisas o colocam isolado à frente, tanto na preferência partidária como com Lula no topo da intenção de voto.

URGE ASSUMIR, NOS FATOS, O QUE O 6º CONGRESSO DECIDIU

Nada mais urgente do que o PT assumir nos fatos o que seu 6º Congresso decidiu.

Se o PT não se apresenta como a saída para aglutinar a resistência, o golpista Temer continua, aos trancos e barrancos, avançando a destruição dos direitos e garantias sociais e nacionais.

O tempo urge e a situação mudou. A tolerância com o PT - num governo compartilhado de conciliação, por exemplo - isso não existe neste momento, a luta de classe, nua e crua, não o permite. Pois para o imperialismo em crise, e seus ventríloquos locais, a única política é terra arrasada para sangrar a nação.

Para o povo trabalhador, é a resistência para sobreviver com dignidade.

O 6º Congresso do PT apontou uma perspectiva: para reverter o assalto à nação, para avançar nas mudanças estruturais no país secularmente subjugado pelo imperialismo, é preciso reformar as atuais instituições apodrecidas. É preciso, diz o 6º Congresso, uma Assembléia Constituinte Soberana, e isso só um governo encabeçado pelo PT, com Lula Presidente, é quem pode promover. Não há outra alternativa palpável.

Toda esta discussão se abre, de fato, se não de direito (devido à "lei eleitoral"), com a Caravana que Lula inicia estes dias no Nordeste.

E é para isso que nos engajamos, com o Diálogo e Ação Petista e todos que apóiam a Reconstrução do PT desde o 6º Congresso, agora na preparação do Encontro Nacional do DAP, em 7 e 8 de outubro.

Reconstruir o PT, corrigir os erros na prática, é o que as Resoluções do 6º Congresso permitem.

O bom resultado do PT na eleição suplementar ao governo do Amazonas, com candidatura própria - pela 1ª vez desde 2002 - sem aliança de conciliação, está aí para mostrar que o necessário não é fácil (ver pag. 4) mas, sim, é possível.

Das Resoluções à ação!

LUIZ MELODIA (1951-2017)

O cantor e compositor Luiz Melodia morreu dia 4 de agosto, vítima de câncer. Melodia foi um dos nomes mais importantes da música popular brasileira das últimas décadas, tanto por suas canções quanto pela voz inconfundível. Merece igualmente ser lembrado por um lado pouco conhecido: sua participação na luta pela anistia em 1979, em plena ditadura militar, em particular pela "canja" em um show promovido pela Organização Socialista Internacionalista-OSI, hoje corrente O Trabalho do PT. É o que lembra José Castilho Marques Neto, então militante da OSI.

"O grupo político em que eu militava, ligado à famosa Libelu [Liberdade e Luta] do movimento estudantil, liderou uma campanha pela libertação dos presos políticos da Ilha de Itamaracá em Pernambuco, notório presídio do regime e de onde vinham constantes denúncias de maus tratos e resistência ativa dos encarcerados. (...) em 1979, resolvemos organizar um show pela Anistia e pelos Presos Políticos de Itamaracá, com objetivo de divulgar a campanha e arrecadar fundos. (...)

Por volta das 23h00 um dos nossos seguranças do Corinthians me chama apressado para atender um insistente telefonema nos bastidores. Meio a contragosto fui atender:

- Alô, quem fala?
- Oi, é o Luiz, você é o produtor?
- Sim, sou eu. O que você quer?
- Queria ir aí, cantar umas músicas.
- Cara, o show tá completo, você é quem mesmo?
- Sou o Luiz.
- Qual Luiz?
- Luiz Melodia, dá pra me encaixar?
- Luiz Melodia, cara, onde te encontro, vou te buscar já!
- Não precisa não, tô pertinho!!!
- Então venha, tô indo pro portão te esperar!

Corri com o coração literalmente transbordando de alegria sem ninguém entender porque, nem os homens da PF que não entenderam toda a agitação e corriam atrás de mim. Eu só dizia: 'O Luiz tá chegando!!!'

E ele chegou, com uma roupa branca, daquelas batas indianas que usávamos, creio, e meio devagar, parecia ter tomado algumas, muito afável, delicadíssimo e atencioso. Subiu ao palco, ele e o violão, ovacionado. E cantou: 'Se alguém quer matar-me de amor, que me mate no Estácio...'



Memória

ISRAEL ATACA REFUGIADOS PALESTINOS NO LÍBANO

"Temos de convencer os terroristas de que eles não têm outra escolha senão sair de Beirute Ocidental", disse Yossef Ron, da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento israelense, justificando um ataque de três horas em Beirute, no último dia 9. "Terroristas"? Um correspondente de uma agência de notícias descreveu a situação num hospital libanês bombardeado: "Crianças loucas uivam e olham para o nada", disse ele (...). O imperialismo, que sustenta Israel, (...) não escapou impune à operação "Paz para a Galileia". Por um lado, não conseguiu destruir a OLP e o povo palestino. Por outro lado, em todo o mundo, dentro dos próprios Estados Unidos inclusive, cresceu a solidariedade ao povo palestino e a oposição a Israel.

O Trabalho nº 164 - 12/8/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Caravana Lula: hora de afirmar a saída política para o país

A militância está com sede de ir à luta para derrotar o golpe

“A militância e o povão que está sabendo da vinda de Lula à Bahia quer ir vê-lo, ‘verei meu Presidente, é Lula de novo’”. Assim um dirigente do PT-BA relata o estado de ânimo que aguarda a chegada de Lula, que começa, no dia 17, uma caravana pelo Nordeste e que termina dia 5 de setembro em São Luís, no Maranhão. Expectativa, que remete ao sentimento de buscar uma saída política para o país, diante do desmonte geral patrocinado pelo golpe. Saída apresentada de forma unânime pelo 6º Congresso do PT: “Lula Presidente para revogar as mudanças impostas pelos golpistas. Para adotar medidas de emergência que encadeiem em reformas estruturais, que só o governo Lula pode conduzir, e que enfrentem a crise do ponto de vista das classes trabalhadoras, é necessária a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana, que revogue as medidas antipopulares e antinacionais de Temer, reforme as instituições...” (resolução 6º Congresso Nacional do PT).

Mas, passados mais de dois meses desde o Congresso, segue o desafio de transformar tal decisão em ação concreta, que ofereça uma perspectiva à maioria que quer retomar a via da conquista de direitos.. Uma dificuldade



12 de agosto: Plenária da CUT, com Lula, na quadra da Escola de Samba Império Serrano, no Rio de Janeiro

que se reflete, inclusive, na agenda da caravana, e nos dispositivos para permitir uma ampla participação. “Há uma contradição entre a euforia embaixo e a agenda que está sendo montada, prevendo uma participação mais limitada e organização insuficiente de alternativas que viabilizem a vinda dos que querem participar”, diz Paulo Riela, membro da Executiva do PT-BA. “Os militantes estão se organizando. O Sindicato dos Comerciantes de Santo Antônio de Jesus, no recôncavo baiano, virá a Cruz das Almas com uma faixa ‘Lula Presidente com Constituinte para revogar a reforma trabalhista.’”

Na boa direção

Já em Pernambuco, onde Lula

chega no dia 24, uma nota da Executiva Estadual, orienta: “1. que os DMs, em particular da região metropolitana, mobilizem os militantes e organizem a vinda de caravanas para essas atividades com faixas, cartazes, que traduzam centralmente a orientação do 6º congresso para a saída política da crise – ‘Lula Presidente com a Constituinte, para fazer a reforma política, revogar as medidas golpistas e abrir para as reformas populares.’ 2 Dar todo o lugar à defesa de Lula, contra a perseguição que procura interditar sua candidatura a presidente, através de um dia de pichação ‘Eleição sem Lula é fraude!’ na capital, no dia

anterior à sua chegada em Recife.

Edmilson Menezes, da Executiva do PT-PE, diz que está sendo orientada a utilização de carros de som em locais como feiras e metrô, convidando a população para o ato com Lula no Recife.

É o que é preciso ser feito. A caravana deve servir para levar às amplas massas a disposição do PT de prosseguir na luta contra os golpistas, apresentando-se como alternativa para a maioria do povo trabalhador, como decidiu seu 6º Congresso. No percurso da caravana pelo Nordeste, é com esta disposição que os militantes do Diálogo e Ação Petista estão engajados.

Misa Boito

GOLPISTAS EM AÇÃO

O reitor da Universidade do Estado de Alagoas (Uneal), Jairo José da Costa, recebeu ameaça de morte após anunciar que seria dado, em Arapiraca, o título de honoris causa a Lula.

Nesse dia 17, início da caravana com a chegada a Salvador, a Justiça Federal deferiu o pedido do vereador Alexandre Aleluia (DEM) e cancelou o título de doutor honoris causa a ser dado pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano. A liminar foi do juiz Evandro Reimão dos Reis, que orienta ainda que o ofício seja encaminhado à Polícia Federal, “para que esteja presente na data e local anunciados da entrega da honraria e, em caso de descumprimento desta decisão, adote as medidas cabíveis”!

Eleições no Amazonas: avança a reconstrução do PT

Força da militância mantém partido unido

A eleição suplementar chamada pelo TRE com a cassação do governador José Melo (PROS), dominou a etapa estadual do 6º Congresso do PT. Os delegados decidiram, por unanimidade, lançar candidato próprio, o que não ocorria desde 2002.

O PCdoB da senadora Vanessa Graziottin apoiou o senador golpista Eduardo Braga (PMDB), enquanto o PSOL saiu na vice do candidato da Rede de Marina, que foi a Manaus pedir cadeia para Lula (fez 2,6 %).

O PT escolheu os deputados estaduais José Ricardo para governador e Sinésio Campos como vice. Com as palavras de ordem ‘Fora Temer’ e ‘Golpista Nunca Mais’, a militância abraçou a campanha.

O resultado final trouxe um recorde de abstenções, votos brancos e nulos que até superou o 2º colocado, como acontecera em algumas eleições municipais em 2016.

A chapa petista foi bem, ficou em 4º lugar com 12,2 % dos votos, mas foi a segunda mais votada na capi-

tal, Manaus, fazendo 152 mil votos (18,3%), à frente de Braga (PMDB).

O 2º turno, em 27 de agosto, será entre Braga e outro golpista Amazonino Mendes (PDT).

O PT de cara limpa e própria

Após o 1º turno, as atenções eram para saber para qual lado iria o PT que tem um histórico de conciliação, tanto que mesmo no 1º turno alguns dirigentes, prefeitos, vices e o grupo do presidente da CUT-AM, fizeram campanha para os adversários, contrariando a convenção partidária.

Mas a reunião do Diretório Estadual dia 12 resolveu a questão. A militância não se calou, nas redes pipocava o voto nulo no 2º turno, vários coletivos e grupos da JPT se manifestaram. A chapa Unidade pela Reconstrução do PT, com um membro no DE impulsionou um Manifesto com mais de cem adesões de petistas de várias origens, como Antonio Delfino (Núcleo Petista

Inovação, Democracia e Cidadania, de Manaus), históricos como o prof. Odenildo Sena e jovens com Ruan Otavio, secretario estadual da JPT. Apresentado ao DE, o Manifesto pedia o Voto 13 no 2º turno para manter a unidade do PT na luta contra o desgoverno Temer e o futuro governo estadual.

No debate, uma resolução de comum acordo foi construída, contemplando na prática o voto 13 e nenhum voto em golpista.

Após a sua aprovação unânime, um adendo de companheiros da Construindo um Novo Brasil (CNB) liberava a decisão de apoio no 2º turno para cada Diretório Municipal - a manobra desfazia a resolução unânime e premiava os dirigentes municipais que traíram o PT no 1º turno.

Contra o adendo, falaram o sindicalista Walter Mattos (O Trabalho) e Barroncas (Articulação de Esquerda), ganhando a maioria, por 20 votos contra 9. Votaram junto pelo texto original boa parte dos membros da

Mensagem (Msg), CNB e Movimento PT - o deputado Zé Ricardo (Msg) votou a liberação, mas o vice Sinésio (Movimento PT) votou contra.

A reunião vitoriosa foi acompanhada pela presença de militantes que nos cartazes pediam Nenhum Voto em Golpista!

Saldo vitorioso

O resultado dessa eleição parcial tem interesse nacional.

No momento em que começa a Caravana de Lula no Nordeste, a eleição no Amazonas mostra que o PT pode superar a conciliação e voltar a dar a oportunidade aos trabalhadores se expressarem contra a oligarquia e sua política. Apesar dos obstáculos que existem dentro e fora do partido, sejam os esquerdistas sejam os nossos amigos do PCdoB.

O que traz um ânimo especial para a luta do DAP e todos que querem reconstruir o PT!

Gustavo Passaneli

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

Militantes pela Reconstrução

PT

ENCONTRO NACIONAL EM OUTUBRO

O Diálogo e Ação Petista fará seu 7º Encontro Nacional nos dias 7 e 8 de outubro, em São Paulo. Será um encontro composto de delegados eleitos pelos Grupos de Base nos vários estados, e aberto à participação de convidados. Estima-se a presença de cerca de 300 militantes.

O Comitê Nacional do DAP, reunido no dia 10 de agosto na sede nacional do PT, em São Paulo, orienta que cada grupo de base poderá eleger 1 ou 2 delegados. É importante, para garantir a presença desses delegados, que sejam promovidas atividades para arrecadar recursos.

Foi decidido também convidar Lula e a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, além de militantes do movimento operário internacional, aderentes ao Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos.

O Encontro Nacional terá mesas de debate cujos temas serão definidos em uma próxima reunião do Comitê Nacional.

Num momento em que os direitos dos trabalhadores e suas organizações são duramente atacados, o Comitê discutiu a necessidade de colocar em marcha as decisões do Congresso do PT, em

particular a saída política para o país, Lula Presidente, com Constituinte! Ao convocar o Encontro, o Comitê Nacional pretende que ele seja um ponto de apoio rumo à reconstrução do PT, com base nas resoluções do 6º Congresso.

Em vários estados, os Grupos de Base do DAP debatem a participação no Encontro Nacional, integrando nesse debate as tarefas políticas do momento: a defesa de Lula e do PT (que terá um ponto alto na caravana de Lula pelo Nordeste) e a luta contra os golpistas e suas contrarreformas.

A Convocatória do 7º Encontro Nacional está disponível no endereço: <https://militante.petista.org.br>

Apoio à Venezuela

O Comitê Nacional do DAP assumiu posição de defesa do povo venezuelano contra os ataques e ameaças imperialistas. O companheiro venezuelano Raúl Lordóñez, que prepara na Venezuela uma delegação à Conferência Mundial Aberta (Argel, dezembro de 2017), foi eleito deputado constituinte.

DIA ESTADUAL DE PICHÃO: ELEIÇÃO SEM LULA É FRAUDE!



Reunião chamada pelo DAP e DM-PT, Osasco

Mais de 50 pessoas participaram da reunião convocada pelo Diálogo e Ação Petista e DM do PT de Osasco para discutir os resultados do 6º Congresso do PT, no dia 4 de agosto.

Misa Boito, do Comitê Nacional do DAP, apresentou as decisões do Congresso e uma viva discussão foi feita, com destaque para a resolução de conjuntura que localizou nas atuais instituições a trava na luta por um país soberano e, por isso mesmo, o suporte do golpe. Daí a importância da decisão da luta por uma Assembleia Constituinte Soberana, para mudar as instituições,

como o Judiciário que persegue e condena Lula, sem provas, para impedir sua candidatura.

A reunião decidiu encaminhar ao diretório estadual do PT-SP, que se reunia no dia seguinte, a proposta de um dia estadual de pichão “Eleição sem Lula é fraude”. A proposta foi levada e aprovada pelo diretório.

O dia estadual de pichão será em 13 de setembro, quando Lula prestará novo depoimento em Curitiba.

A reunião de Osasco decidiu ainda que uma nova conversa será chamada para discutir a convocação do Encontro Nacional do DAP para os dias 7 e 8 de outubro (convocatória já aprovada pelo Comitê Nacional do DAP em 10 de agosto).

Vamos à luta, com base nas resoluções do 6º Congresso Nacional. Segue a batalha pela reconstrução do PT!

Eleição sem Lula é fraude!

Lula presidente, com Constituinte!

Correspondente

GUAIANAZES (SP) DEBATE A CONSTITUINTE

Mais de 70 militantes lotaram o Diretório Zonal de Guaianazes, na capital paulista, no dia 5 de agosto, para debater a conjuntura com Luiz Eduardo Greenhalgh, filiado ao DZ e membro do DN do PT e do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista. A reunião foi convocada conjuntamente pelo DAP e pelo DZ.

Greenhalgh, ao apresentar as decisões do 6º Congresso, destacou que “nos governos Lula as reformas de fundo não foram feitas. E quando dizemos Lula Presidente, ele tem essa dívida com o povo. O PT ainda tem muito mais a fazer, por isso o segundo governo do presidente Lula tem de ser diferente. Sou a favor da decisão do Congresso pela Constituinte, que deve ser chamada imediatamente após sua eleição. Não vai dar para governar com os 300 picaretas”.

Após vivo debate, o DZ decidiu que iria com faixa “Eleição sem Lula é fraude! Lula Presidente, com Constituinte” ao Ato Lula na cidade de Ferraz de Vasconcelos, no dia 14 de agosto.

Em seguida reuniu-se o DAP, com presença de 17 companheiros e compa-



Debate com Luiz Eduardo Greenhalgh em Guaianazes-SP

nheiras para apresentação do Encontro Nacional do DAP de 7 e 8 de outubro. Um dos presentes, militante histórico do DZ, Lino, declarou que “o Diálogo tem crescido, seja no PT seja no DZ e acho que chegou a hora de me engajar e prepararmos juntos este Encontro”. Julio, um jovem, disse que “é o momento da união e do diálogo para superar esse momento de ataques aos trabalhadores. Vocês já me convidaram várias vezes e chegou o momento de aceitar o convite e me integrar ao DAP. Posso ajudar na formação política”.

Foi marcada a próxima reunião no dia 3 de setembro, para, já com a convocatória, preparar o Encontro Nacional.

Bárbara Corrales

RECIFE PREPARA CARAVANA DE LULA

Uma reunião do Diálogo e Ação Petista em Recife reuniu 16 pessoas para discutir os resultados do 6º Congresso do PT.

Edmilson Menezes, membro da Executiva Estadual do PT-PE, em nome da Coordenação do DAP-PE, apresentou um resumo das principais resoluções do 6º Congresso, destacando a resolução de conjuntura, trazendo para o atual momento político. Henrique Lima, jornalista, ex-candidato a vereador, entre outros companheiros, falou que as atuais instituições não respondem mais aos anseios

da Nação, aprofundando seu papel de instrumentos do golpe. Daí a conclusão sobre a importância de colocar no centro a luta por uma Constituinte Exclusiva e Soberana, com Lula Presidente.

Decidiu-se igualmente colocar no centro da agitação “Eleição sem Lula é fraude!” – no bojo da luta por “Fora Temer, nenhum direito a menos! Diretas Já!” – articulando a saída política (“Lula Presidente, com Constituinte”) com a construção de uma greve geral contra a reforma da previdência e pela revogação

da reforma trabalhista.

A reunião, no tocante às iniciativas práticas, decidiu centralmente engajar esforços na mobilização e participação nas atividades com Lula em Pernambuco, de 24 a 26 de agosto, com material próprio (redes sociais, panfletos, faixas e pirulitos). Além disso, foi formada uma comissão para reforçar a equipe de comunicação, com vista à preparação do Encontro Nacional do DAP, previsto para 7 e 8 de outubro.

Correspondente



Reunião em Recife

Ganha a chapa “Unidos Vamos à Luta” nos municipais de Florianópolis

Em 2 e 3 de agosto, sindicato da categoria, SINTRASEM, elegeu nova direção



Renê Muraro eleito presidente do SintraseM

O Trabalho ouviu Renê Muraro, presidente eleito pela chapa vencedora “Unidos Vamos à Luta”, no Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM). Ele nos conta um pouco da campanha e fala dos desafios da direção eleita.

O Trabalho – Como avalia a campanha, disputada por três chapas e o resultado final?

Renê Muraro – O processo de maneira geral ocorreu com tranquilidade. A categoria acompanhou a discussão e o programa das três chapas - 1 da atual direção ligada à tendência Esquerda Marxista (EM) do PSOL, a chapa 3, composta por militantes do PCB e PSTU, e a nossa chapa 2 “Unidos Vamos à Luta”, que unificou os demais setores cutistas da categoria. Infelizmente nesta eleição não aconteceu um debate entre as chapas. O resultado final demonstrou que a categoria reconhece e defende a manutenção da filiação do nosso sindicato na

CUT e que espera uma direção com mais diálogo e presença na base para construir unidade na luta pelo Fora Temer e na defesa dos direitos da classe contra as reformas do golpista e os ataques do prefeito Gean (PMDB). Nesta discussão, a defesa das Diretas Já e de uma Constituinte Soberana para anular as medidas adotadas contra os trabalhadores e a maioria oprimida do povo, e fazer o que não foi feito como a reforma política, agrária entre outras, demonstraram para a categoria um programa que apresenta uma saída para a classe.

Nossa vitória, com 41.6% dos votos, mostrou a força de uma campanha militante que percorreu todos os locais de trabalho durante o período eleitoral, discutindo, ouvindo e organizando a unidade dos trabalhadores para a luta. A chapa 1 (atual direção) fez 36% e a chapa 3 fez 21%.

OT – Vocês eram uma chapa de oposição cutista à atual direção, também cutista. Por que não houve uma chapa única da CUT, já que a chapa 3 é ligada a outras centrais?

RM – O grupo que estava à frente do SINTRASEM, na eleição anterior rompeu o quadro de unidade na CUT e decidiu lançar uma chapa composta somente por militantes ligados a sua organização. Negou-se a discutir na CUT-SC qualquer possibilidade de unidade com outros cutistas, não aceitando nem convenção da CUT para que pudéssemos discutir uma chapa de unidade. Nos últimos três anos estivemos em todas as lutas da categoria defendendo a central e os trabalhadores, mas, mais uma vez, a decisão de chapa pura foi adotada pelo

grupo da EM, porém com o resultado diferente desta eleição. Na conjuntura que atravessamos, a categoria mostrou que a unidade é sempre o melhor caminho para derrotar nosso inimigo de classe.

OT – Quais serão os principais desafios da gestão que assume no próximo período?

RM – No plano nacional nossa categoria tem participado de todo o calendário de luta durante o primeiro semestre. Precisamos agora aprofundar a resistência para derrotar a contrarreforma da previdência e lutar pela revogação da contrarreforma trabalhista e da Emenda Constitucional (EC 95), do teto de gastos, que congela os serviços públicos por 20 anos. Temos decisão de congresso e assembleia da categoria de construir a greve geral contra a reforma da previdência e sabemos que não tem outra saída, que não mobilizar a classe para fazermos uma potente greve geral para impedir a sua aprovação.

No município temos um acordo coletivo na Prefeitura de Florianópolis que precisa ser cumprido, contra o ajuste

fiscal que não acabou, apesar da longa greve que fizemos em janeiro. A discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deixou bem claro que o prefeito continuará os ataques aos serviços públicos, mesmo se em janeiro foi obrigado a um recuo. Na COMCAP (empresa pública de coleta de lixo), com a aprovação da lei que transforma a empresa em autarquia, a luta será pela manutenção dos postos de trabalho e dos direitos da categoria. Sabemos que o governo já ventila possibilidade de PDV e de mudanças salariais com um novo regime na COMCAP, a partir da aprovação da autarquia. Também precisamos cobrar a renovação da frota imediatamente, pois com a chegada da temporada de verão a cidade pode entrar em colapso na coleta de resíduos com a atual frota, que hoje enfrenta dificuldades para manter o serviço na baixa temporada.

Enfim, com a importante vitória que obtivemos, agora é avançar, como diz o nome da nossa chapa, a unidade de toda categoria para enfrentar os desafios que temos pela frente na cidade e, com a CUT e as demais categorias, a luta contra os ataques do governo golpista.

Petroleiros contra a privatização da Petrobrás

Congresso Nacional da FUP decide plano de lutas

O XVII Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT), com a participação de 400 representantes de todo país, ocorreu de 3 a 6 de agosto, em Salvador (BA). No centro das discussões esteve o combate à privatização da Petrobrás e a retirada de direitos da categoria.

A campanha “Privatizar faz Mal ao BRasil” reafirma o combate dos petroleiros contra o desmonte do Estado, além de reafirmar a luta contra as reformas trabalhistas e previdenciária e a desregulamentação do setor de óleo e gás, patrocinada pelos golpistas, o que se junta ao combate para preservar os postos de trabalho ameaçados com o desmonte da empresa.

Nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho que já estão em curso vão entrar as cláusulas econômicas este ano, portanto a batalha será o reajuste salarial com reposição integral da inflação do período pelo ICV/

Dieese e ganho real. Mas essa luta tem que ser conjunta com a defesa da Petrobrás.

A política dos golpistas continua sendo de ataques, e mesmo assim a Petrobrás gerou no semestre R\$ 22,7 bilhões de caixa, 70% a mais que no primeiro semestre de 2016, resultado que poderia ser melhor, não fosse a redução dos investimentos e do ritmo de exploração de petróleo nos campos fora do Pré-sal. O que deixa claro o fôlego da empresa para superar a crise sem vender os ativos estratégicos. Toda a política do governo Temer e de Pedro Parente à frente da Petrobrás é buscar legitimar a privatização da empresa e entregar o patrimônio nacional às empresas estrangeiras.

Agora, as decisões serão debatidas pelos sindicatos de base “através de assembleias e setoriais para mobilizar a categoria na luta contra a privatização da empresa e por nenhum direito a menos” (Site da FUP).

FORD DEMITE, TRABALHADORES PARAM



A Ford de São Bernardo do Campo demitiu, por meio de telegrama, 364 metalúrgicos que estavam em layoff, ou seja, com os contratos de trabalho suspensos temporariamente. Na luta contra as demissões, os trabalhadores paralisaram na última sexta-feira, dia 11 um setor estratégico da produção, a estamparia “Esta greve vai ser longa, se a empresa pensa que vamos esmorecer, ela se engana”, declarou Adalto Oliveira, do Comitê sindical, para a TVT.

“Se botar para votar, o Brasil vai parar!”

Congresso da CUT deve chamar Greve Geral contra desmanche da Previdência

Reunida às vésperas do Congresso Extraordinário da CUT (28 a 31 de agosto), a Executiva nacional da central discutiu a necessidade de retomar o movimento da greve geral diante da tramitação da contrarreforma da Previdência prevista para este segundo semestre (setembro/outubro) e pela revogação da Lei 13.467 da contrarreforma trabalhista, que entra em vigor em 11 de novembro.

Em boa parte das plenárias/congressos estaduais que elegeram delegados ao Congresso extraordinário, uma proposta de resolução do agrupamento “Em defesa da CUT Independente e de Luta” nesse mesmo sentido foi adotada, por ampla maioria ou consenso.

O que não quer dizer que a situação seja a mesma do primeiro semestre, que teve seu ponto alto na greve geral de 28 de abril (“a maior da história”), que foi chamada em unidade entre todas as centrais sindicais, com apoio de movimentos populares e partidos

(PT, PCdoB, PSOL etc).

Desde então, antes mesmo da aprovação no Senado da contrarreforma trabalhista em 11 de julho, a unidade das centrais foi rompida pela cúpula da Força Sindical que, arrastando outras centrais (UGT e CSB), desde 21 de junho iniciou negociações com o governo golpista de Temer sobre uma Medida Provisória (MP) que “corrigiria” pontos mais grotescos da “reforma” e traria alguma compensação financeira aos sindicatos diante do fim do imposto sindical. O que jogou um peso negativo na greve geral de 30 de junho (bem menor que a de abril) eixada nos ataques aos direitos trabalhistas.

Unidade exige bases claras para a ação comum

Após a aprovação da Lei 13.467, a CTB (ligada ao PCdoB) e a Nova Central também entraram na negociação com o governo Temer sobre a tal MP para “diminuir danos”,

cujo futuro é nebuloso.

A CUT, corretamente, recusou-se a participar dessas gestões, que, na verdade, legitimam o golpe desferido pelo governo e sua base parlamentar, levantando a bandeira da revogação da Lei 13.467.

O que se desdobra na luta nos locais de trabalho contra a sua aplicação; num PL de iniciativa popular a ser lançado em seu Congresso pela revogação e na construção de uma greve geral, por ocasião da votação da PEC da Previdência, que incluía também a anulação desse ataque maior aos direitos trabalhistas e sindicais.

Novos ataques do governo Temer – como a diminuição do valor previsto para o Salário Mínimo em 10 reais para 2018 (de 979 para 969 reais), ao mesmo tempo que dívidas bilionárias de empresários rurais e urbanos são perdoadas; o congelamento de salários de servidores federais nos próximos dois anos, rompendo acordos em vigor – devem engrossar o caldo

de preparação de uma contundente greve geral em torno da votação do desmanche da Previdência.

Sobre essa base, a CUT vai chamar todas as centrais sindicais à unidade de ação, vai propor o mesmo nas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, mas sem condicionar às cúpulas das demais centrais a sua posição de convocar as bases cutistas a unirem seus esforços na preparação da greve geral.

Numa situação política instável e de ataques sucessivos do governo Temer e sua base política aos direitos dos trabalhadores, aos serviços públicos e ao povo pobre que deles necessita, à aposentadoria e à soberania nacional com uma onda de privatizações, só a entrada em cena da classe trabalhadora organizada, com grandes mobilizações e a greve geral, é que pode reverter o desastre econômico e social em favor dos interesses da maioria da nação oprimida. Vamos à luta!

Julio Turra

Com o golpe, aumenta a violência no campo

Crescem os assassinatos, ruralistas querem “licença para matar”, e pressionam contra os quilombolas

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresentou no último dia 2, na Assembleia Legislativa de São Paulo, o relatório “Conflitos no campo 2016”. Foram 61 assassinatos em 1.536 conflitos agrários, trabalhistas e casos de disputa pela água. Foi o segundo ano mais violento em conflitos de terra nos últimos 25 anos, atrás apenas de 2003.

“Não são casos isolados, é um projeto de matança”, disse o padre Antonio Naves, membro da CPT-SP. Tchenna Maso, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) disse que está em curso um novo modelo de violência no campo, com os movimentos sociais sendo enquadrados como organizações criminosas e terroristas. Maso lembrou os recentes massacres contra trabalhadores rurais em Colniza (MS) e Pau D’Arco (PA), e contra os índios gamelas no Maranhão, todos com extrema crueldade e que os três casos eram previsíveis mas o Estado nada fez para evitar que acontecessem.

Gilmar Mauro, da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), disse que o clima político no Brasil após a destituição de Dilma, que teve o apoio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), tem estimulado o aumento da violência no campo.



Milhares de comunidades quilombolas estão vulneráveis sem a titulação da terra

Frente às denúncias contra Temer, no mesmo dia em que a CPT apresentava o relatório, a maioria dos deputados Câmara votava por manter o golpista na presidência. Metade desses votos saiu da FPA, que foram autorizados por Temer a pagar suas dívidas até 2032, o que resultará em menos R\$ 10 bilhões em arrecadação para os cofres públicos.

“Licença para matar”.

Segundo a CPT, esta violência contra os trabalhadores no campo só aumentará se for aprovado o Projeto de Lei 224/2017 do senador Wilder Morais (PP-GO) que autori-

za a posse de arma para moradores das zonas rurais.

Para o membro da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Paulo Cesar Moreira, a proposta é uma licença para matar. “É a legalização dos crimes contra essas pessoas, como se fosse uma política de limpeza. Você tem um Estado que só é presente no campo ao lado dos fazendeiros e omissos às injustiças que acontecem lá. A violência contra essas pessoas vem de milícias armadas, até com a presença de policiais. A violência contra essas pessoas vem de milícias armadas, até com a presença de policiais.”

Quilombolas

Milhares de famílias de quilombolas estão ameaçadas pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida pelo DEM, que questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) o decreto 4887/2003 assinado pelo então presidente Lula que regulamenta a titulação das suas terras. Todos os títulos de quilombos no país podem ser anulados e novas titulações não seriam possíveis sem o decreto. Mais de 6 mil comunidades ainda aguardam o reconhecimento de seu direito.

A titularidade da terra é uma questão crucial para os quilombolas que enfrentam os poderosos interesses dos latifundiários.

Segundo a presidente da CUT-Maranhão, Maria Adriana Oliveira, que nasceu em um quilombo em Mata de São Benedito (MA), no estado há “muitas áreas em processo de regularização, outras nem conseguimos iniciar o processo e temos muitos conflitos com empresários que querem investir em pecuária, monocultura de eucalipto, soja. A pressão dessa gente influente faz com que o laudo antropológico para demarcação seja muito difícil de conseguir, não é à toa que faltam trabalhadores para exercer essas atividades.” (site da CUT)

O julgamento da Adin no STF estava previsto para 16 de agosto, mas foi adiado.

Nilton de Martins

Lava Jato prossegue ofensiva contra o PT

Vaccari continua preso, PF acusa Gleisi e o alvo central segue sendo Lula

O presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores, elogiou a sentença do juiz Sérgio Moro que condenou Lula. De acordo com Flores, em entrevista ao "Estadão" (6/8), a sentença é "irrepreensível" e "vai entrar para a história".

O TRF-4 funciona como corte de apelação das decisões de Moro. O desembargador, porém, evitou responder se confirmaria a sentença, caso fosse um dos magistrados que decidirão sobre o recurso apresentado pela defesa: "Isso eu não poderia dizer, porque não li a prova dos autos". Não leu, mas sai falando a respeito!

Quando se trata da Operação Lava Jato, basta condenar Lula para que a sentença seja considerada boa. A operação, que une Judiciário, Ministério Público Federal e Polícia Federal (PF), tem mostrado que seu objetivo principal é perseguir Lula e o PT.

Os exemplos são muitos. O mais escandaloso é o fato de que o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari, continua preso, depois de ter sido absolvido pelo mesmo TRF-4. O tribunal, acolhendo posição de Moro, negou no dia 9 pedido de habeas corpus para Vaccari, com base no fato de que ele teve outras condenações. Só que a prisão era decorrente do processo no qual ele foi absolvido, portanto não teria razão para ser mantida.

No dia 7, a PF informou que a presidente do PT, Gleisi Hoffmann,



Procurador Dallagnol, e o PowerPoint, para acusar Lula "sem provas, mas com convicção"

e seu marido, Paulo Bernardo, teriam cometido crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Gleisi afirmou, em nota, que "não há elementos nos autos que autorizem a conclusão alcançada pela Polícia Federal". Mas a intenção é martelar a ideia de que o PT é composto por criminosos.

Acusações sem base

O alvo central da ofensiva continua sendo Lula, ainda mais quando sua candidatura aparece como alternativa à destruição do país realizada pelos golpistas. Um inquérito contra Lula relativo ao chamado "mensalão", que em 2015 a Procuradoria da República propôs arquivar por falta de provas, foi reaberto em decorrência de uma decisão

da Justiça do DF.

Às vezes a coisa é tão forçada que é impossível sustentar. A versão do empresário Joesley Batista de que teria mantido conta corrente de 150 milhões de dólares na Suíça para Lula e Dilma Rousseff

é, segundo um procurador da República, "incomprovável" – jeito tucano de dizer que não tem base alguma. O próprio procurador explicou as razões: quem movimentava a conta era Joesley, ela não foi usada para fazer repasses ao PT e não há provas de que Lula e Dilma soubessem de sua existência (UOL, 10/8).

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, prestes a deixar o cargo, deu sinais de que não quer mais a complementação da delação de executivos da Andrade Gutierrez. O motivo? "A desistência ocorreu após procuradores questionarem se haveria relatos de crime envolvendo o ex-presidente Lula e teles e receberem um não como resposta" ("Folha de S. Paulo", 14/8). Se não tem Lula, não interessa.

Ainda mais quando se sabe que a empreiteira é ligada a Aécio Neves e acusada de pagar propina aos governos tucanos de São Paulo, assuntos que a Lava Jato pretende deixar intocados.

Cláudio Soares

NOTAS

LIVRAR TEMER CUSTOU PELO MENOS R\$ 4,1 BILHÕES

Mais uma prova da podridão desse Congresso Nacional foi a rejeição pela Câmara da denúncia contra Temer, num exemplar caso de compra de parlamentares. Para livrar sua própria cara, o governo atendeu pedidos de deputados que somaram o valor de R\$ 4,1 bilhões! As informações são do jornalista Jânio de Freitas. Trata-se do uso de bilhões do dinheiro público para salvar Temer, que se encontra na corda bamba, escapando da denúncia. Enquanto isso, o governo fala em congelar salários dos servidores, aumentou impostos sobre a gasolina, etc. A título de comparação, a verba contingenciada desde o primeiro semestre para as universidades federais é de R\$ 4,3 bilhões (ver mais na página 8).

BOLSA-FAMÍLIA: MAIS 543 MIL DE FORA, UMA CONTENÇÃO DE R\$ 100 MILHÕES MENSAIS

Temer realizou o maior corte da história do Bolsa-Família. Foram 543 mil famílias retiradas sumariamente do programa em julho, sem qualquer comunicação prévia. O golpista retira recursos destinados ao setor mais vulnerável da população, enquanto milhões são empurrados para a miséria pela crise econômica (o número de pessoas vivendo na pobreza vai aumentar entre 2,5 milhões e 3,6 milhões em 2017, segundo o Banco Mundial - que considerou uma linha de 140 reais!) e há cortes nos serviços públicos das diferentes esferas. No final do governo Dilma, eram 13,9 milhões de famílias recebendo o benefício. Agora, pouco mais de um ano depois, o programa está atendendo 1,2 milhões de família a menos.

DEMISSÕES APÓS LICENÇA-MATERNIDADE

Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, metade das mães trabalhadoras são demitidas nos dois anos seguintes à licença-maternidade. O estudo, realizado com 247 mil mulheres que têm entre 25 e 35 anos de idade, concluiu que as demissões começam a acontecer logo após o retorno ao trabalho. 10% das mulheres são despedidas ainda no segundo mês depois da licença. Pesquisas anteriores já mostravam a dificuldade enfrentada ao tentar encontrar emprego após um parto. Somada à carência de 8 milhões de vagas nas creches públicas brasileiras, a política dos patrões contra as mães empurra milhões de mulheres para fora do mercado de trabalho, para a dependência econômica de seus parceiros ou de familiares.

#LibertemRafaelBraga

Mais um exemplo da parcialidade deste Judiciário. No dia 8 deste mês, Rafael Braga teve o seu pedido de habeas corpus negado, e continua preso de forma injusta. Negro e pobre, Braga foi condenado, na época das manifestações de 2013, por portar "material explosivo". Eram duas garrafas, uma de desinfetante Pinho Sol e outra de água sanitária. Em janeiro de 2016, quando cumpria a pena em regime semiaberto, a polícia o prendeu, acusando-o de envolvimento com o tráfico de drogas.

Foi condenado de novo, com base apenas nos depoimentos dos policiais. Enquanto isso, o filho da desembargadora do Mato Grosso do Sul pegou com 130 quilos de maconha e diversas armas teve rapidamente a sua prisão revogada. Jovens negros, quando não são assassinados pela PM ou por traficantes, devem ser encarcerados para servir de exemplo. Esse é o recado da "Justiça" brasileira, herdeira dos tempos de escravidão.

STF ATACA DIREITO DE GREVE

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Justiça Comum, federal ou estadual, pode julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas. A matéria deixa de ser objeto apenas da Justiça do Trabalho, como estabelece a Constituição. Roberto von der Osten, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), afirmou: "É um tiro no direito de greve, mais um ataque à democracia e aos direitos dos trabalhadores, que já se tornou tão comum nesses tempos temerosos que estamos vivendo".

Só há uma saída, Lula com Constituinte!

Não há nada mais a esperar deste regime

O povo sofre mas, ao mesmo tempo, é a sua resistência ao golpe a raiz da profunda crise das instituições do regime, a começar dos partidos golpistas em cacós. É o que explica a aparente calma, enquanto Lula do PT desponta nas pesquisas e as instituições batem recordes de rejeição.

A verdade é que a cúpula do Estado está em pânico pelo descrédito e o desastre econômico.

Maia aguarda que a fritura de Temer lhe ponha a presidência no colo. Temer tenta com o PSDB, construir uma conveniente solução anti-Lula, num parlamentarismo de araque para esvaziar a disputa de 2018 e concentrar o poder neste congresso de merda.

Todos buscam freneticamente uma saída para se salvar. Reuniões se sucedem entre os presidentes da Câmara e do Senado, com a presidente do STF, além de Temer, mas até agora sem consenso visível.

Ao mesmo tempo, suas excelências tentam uma contrarreforma política para limpar a barra nas eleições.

Cada macaco no seu galho

Não há nada relevante de bom como saída política, a esperar deste congresso golpista.

Foi um erro o deputado Vicente Cândido (PT-SP) se meter a relator



Ato na Avenida Paulista, 20 de julho

da reforma política desta gente. Virou despachante dos clãs em disputa, cada dia dá outra explicação sem lógica, nem parentesco com as decisões do 6º Congresso do PT. Sua explicação singela à direção – “meu projeto é anterior ao Congresso do PT” – não para em pé.

O Congresso do PT reafirmou a posição histórica pelo voto proporcional, mas Vicente se dedica a mediar o “mal menor” entre o distrital misto e distritão, o eixo da contrarreforma.

Nenhum petista pode se reconhecer

neste parlamentar. Só dirigentes desorientados comemoram o bilionário fundo “público” não-exclusivo (v. abaixo) que, neste caso, é um tapa-boca que o povo não engole.

A única saída!

Na situação atual, nestas regras, a única saída é construir uma ampla força nacionalmente enraizada ao redor de uma plataforma para eleger Lula Presidente, e está claro que uma eleição sem Lula seria uma fraude inaceitável.

A campanha de Lula deve ter como

primeiro ponto, senão antes em virtude até de uma crise política, a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana. Este é o ponto-chave da frente eleitoral para ganhar e levar. Claro, sem golpistas, nem mal-arrepentidos tipo Renan, mas ampla o suficiente para integrar todos oprimidos e explorados.

A Constituinte debatida com o povo na campanha e apoiada, aí sim, sobre uma reforma política democrática, originaria um parlamento unicameral (sem Senado), realmente proporcional -um eleitor (a) um voto -, financiamento público exclusivo (sem poder econômico) e com voto em lista partidária.

Suas tarefas começam pela revogação das medidas dos golpistas e deságuam nas reformas estruturais tão necessárias: agrária e urbana, reforma da mídia e do judiciário, restabelecimento da soberania com a volta do marco regulatório do Pré-sal, fim da ditadura do superávit primário, desmilitarização das PMs, entre outras.

Sim, este é um programa de ruptura, razoável e sensato, mas de ruptura. Qualquer nova conciliação terá um preço caro demais. É sobretudo um programa necessário!

Markus Sokol

A contrarreforma política no Congresso Nacional

Os golpistas podem produzir algo que não lixo?

Os golpistas agora têm pressa de fazer uma contrarreforma política, a PEC 77/2003, aprovada em Comissão da Câmara no dia 10. A pressa é porque terá que ser discutida e votada duas vezes no plenário da Câmara e do Senado até 7 de outubro, para valer em 2018.

Alguns parlamentares, acusados, buscam manter o foro privilegiado pela reeleição garantida. Outros, assustados pelo desprezo da nação, tentam mudar algo para que tudo continue, contrarreformas e corrupção. O que mais esperar de um parlamento sem legitimidade que prescindiu de um debate real com o povo?

Hoje, seriam duas mudanças principais, o voto de tipo distrital e um certo financiamento “público”:

Distritão ou Distrital Misto

Querem substituir o atual modelo de eleição proporcional por outro modelo pior, a eleição majoritária de tipo distrital, mantendo, é claro, a atual desigualdade de assentos que favorece os Estados rurais dominados por coronéis.

Hoje, um parlamentar é eleito a partir de um cálculo que leva em conta os votos que recebeu no Estado que tem direito a número de vagas e, também, os votos totais destinados à sua legenda.

Com o distrito, exclui-se o coeficiente eleitoral da legenda e só se contabiliza os votos individuais. Na variante onde o Estado inteiro é um distrito - seria o “distritão” - se enfraqueceria os atuais partidos, boa parte já moribundos, e fortaleceria o candidato individualmente, diminuindo a taxa de renovação (candidatos a reeleição têm mais chance).

Mas para facilitar o distritão nas eleições de 2018 e 2020, e porque alguns temem o distritão, tentam vendê-lo como uma “transição” para a adoção de um sistema distrital misto a partir de 2022.

Pelo voto distrital misto, o eleitor vota no candidato do seu distrito (Estados são divididos em distritos pela conveniência do TRE) e, também, em uma lista pré-determinada pelos partidos. É eleito o primeiro candidato de cada distrito e, também, os parlamentares dos partidos

mais votados.

Menos ruim que o distritão, o distrital misto seria, entretanto, uma grande regressão política porque esmagaria as correntes minoritárias contempladas na proporcionalidade. O PT, por exemplo, teria muito mais dificuldade de virar um grande partido se fosse esse o sistema vigente. E quando citam o modelo “europeu”, omitem como serve mais aos paquidérmicos partidos institucionais do que à renovação democrática.

“Fundo Público”

Se propôs um Fundo composto por 0,5% da receita do governo. Em 2018 seriam R\$ 3,6 bilhões. Em meio a tantos cortes de gastos pegou mal e já não se sabe de quanto seria... se é que não voltará o financiamento empresarial abolido em 2015 (é o que rola no Senado como apoio do ministro Gilmar Mendes).

Mas esse Fundo não é o que parece. Um Fundo Público tem sentido se for exclusivo, afastando o poder econômico. Nesta proposta, o poder econômico nas eleições permanece, pois se permite doações

de pessoas físicas em até 10% da renda ou 10 salários mínimos por candidatura. Como em 2018, de presidente a deputado estadual, são 5 cargos em disputa, o cidadão poderá doar quase R\$ 250 mil. Como já ocorreu em 2016, por meio de doações de seus executivos, as empresas continuam financiando as campanhas.

Ou seja, esse fundo público não-exclusivo é, na verdade, um piso para o financiamento dos ilustres parlamentares, que terão ainda apoio do poder econômico por cima. Conveniente em tempos de vacas magras, para manter o cabaré funcionando!

Cláusula de barreira

Para que partidos tenham acesso ao Fundo, tempo de TV e liderança na Câmara e no Senado, seriam necessários 2% de votos para deputado federal em 14 estados. O PSOL diz que é o “ovo da serpente”. O PCdoB, que “a resistência democrática sempre impediu a cláusula de barreira”, certo, esquecendo de lembrar que a ameaça “sempre” serviu de pretexto a negociações estranhas.

Tentativa de golpe militar de Kornilov fracassa

Bolcheviques lideram resistência à contrarrevolução e aumentam sua influência

Como vimos na parte anterior desta série (ver OT 810), após a violenta repressão às “jornadas de julho”, Kerensky formou o terceiro governo provisório o qual, com a participação majoritária de ministros “socialistas conciliadores”, tinha como chefe das forças armadas o general Kornilov e a função de instrumento da contrarrevolução.

No início de agosto as forças políticas estavam assim dispostas: de um lado, todos os partidos e grupos que queriam defender a ordem burguesa – cadetes, generais czaristas, altos funcionários, a hierarquia da Igreja ortodoxa, os dirigentes moderados dos mencheviques e socialistas-revolucionários (SR). De outro lado, o partido bolchevique, o único que expressava a vontade dos setores mais avançados dos operários e soldados, acompanhado de alguns mencheviques internacionalistas e SR de esquerda.

Kerensky tinha a ambição de ser um “bonaparte”¹ nessa situação de polarização aguda. Ele convoca uma Conferência de Estado em 12 de agosto para, em suas próprias palavras, instaurar “um armistício entre capital e trabalho”, ou seja, um pacto entre “socialistas” e representantes da burguesia, do qual ele próprio seria o fiador.

Os bolcheviques – com vários de seus líderes presos ou escondidos (como Lênin) – denunciavam esse projeto de Kerensky e recusam-se a participar da conferência.

Com medo do clima político de Petrogrado, a conferência é convocada para Moscou. Mas, apesar da repressão sofrida em julho, ela é recebida por uma greve geral chamada por todos os comitês operários da futura capital soviética.

A luta de classes negava nos fatos a colaboração de classes e o “pacto capital-trabalho” que a Conferência de Estado buscava e a mesma se perde em discussões estéreis.

25 de agosto: o golpe de Kornilov

Enquanto isso, o “generalíssimo” Kornilov conspirava com o alto comando do Exército, com o conhecimento de Kerensky, a preparação de um golpe de Estado que permitisse liquidar os setores mais revolucionários



Diante do anúncio do golpe, os marinheiros de Kronstadt vão à Petrogrado, confraternizam-se com os soldados para proteger a “Capital vermelha” e seu soviete e derrotar Kornilov

nas fábricas e nas tropas, esmagar os sovietes e os bolcheviques. Assim se combinavam dois instrumentos da contrarrevolução: o “pacto capital e trabalho” e o recurso ao golpe militar para instaurar uma ditadura.

No “Programa de Transição”, que alicerçou a criação da 4ª Internacional em 1938, Trotsky generalizou a experiência desse momento da revolução russa – a combinação da colaboração de classes com o golpe de força reacionário –, combinação que reapareceu nos anos 30 em processos revolucionários na França e Espanha, com a fórmula: “As ‘Frentes Populares’ de um lado e o fascismo de outro, são os últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária”.²

Kerensky, que sonhava ser o ditador que o golpe militar bancaria, se deu conta que Kornilov queria arrasar tudo que desde fevereiro havia surgido na Rússia, inclusive com ele próprio! No último minuto, ele denunciou a intenção de Kornilov de acabar com a “democracia”. Mas não foi Kerensky quem barrou o golpe.

O plano golpista era enviar a Petrogrado tropas “seguras”, como a “divisão selvagem” e os cossacos³, que liquidariam os sovietes. Kornilov e o alto comando entregaram a cidade de Riga⁴ aos alemães, para criar um clima de pânico na capital que facilitasse o ato de força contra os “agentes alemães” (calúnia contra os bolcheviques lançada pelo governo provisório desde julho).

Diante da ameaça de golpe, que lhes cortaria a cabeça, os dirigentes “conciliadores” do soviete soltaram os líderes bolcheviques presos para organizarem em conjunto a resis-

tência. Em todo o país os sovietes convocam a mobilização para conter as tropas de Kornilov: ferroviários desviam trens com tropas para longe de Petrogrado, operários bolcheviques e mencheviques agitam as tropas estacionadas na capital para barrar o golpe; bolcheviques e anarquistas conclamam os marinheiros de Kronstadt a defender a “capital vermelha”.

Constituem-se em toda a parte “guardas vermelhas” com operários em armas, enquanto as tropas “seguras” com as quais contavam os golpistas sofriam motins e deserções, até entre os cossacos. O golpe esfarinhou-se.

O “homem forte” do governo provisório, Kerensky, ficou suspenso no ar, pois já não servia nem à contrarrevolução, nem à maré montante da revolução que fez fracassar o golpe de Kornilov.

O soviete de Petrogrado adota uma resolução bolchevique

Na noite de 31 de agosto, uma resolução apresentada pelos bolcheviques no soviete de Petrogrado, dirigido até então por “socialistas conciliadores” com ministros no governo, obtém 279 votos contra 115 e 5 abstenções. Era uma moção de desconfiança do governo provisório, que afirmava que todo poder deveria passar aos sovietes.

O principal soviete da Rússia dizia a todo o país: “Paz agora; Terra aos camponeses; Pão para todos; Todo o poder aos sovietes!”. A partir de setembro, em todo o vasto território da Rússia, a composição dos sovietes modifica-se em favor dos bolcheviques.

Trotsky, na sua “História da Revolução Russa”, registra um fato que sintetiza a tática bolchevique diante do golpe de Kornilov:

“O comitê executivo (do soviete), por telefone para Kronstadt e Vyborg, pediu o envio para Petrogrado de importantes efetivos de tropas. Logo na manhã do 29, os contingentes começaram a chegar. Eram, principalmente, destacamentos bolcheviques (...). Um pouco antes, cerca do meio do dia 28, por

ordem de Kerensky, que parecia mais um pedido obsequioso, a guarda do palácio de Inverno tinha sido tomada pelos marinheiros do cruzador Aurora, cuja parte da tripulação tinha sido encarcerada na prisão de Kresty por ter participado na manifestação de julho. Durante as suas horas de liberdade, os marinheiros vinham visitar os homens de Kronstadt detidos, tal como Trotsky, Raskolnikov e outros. ‘Não é já tempo de prender o governo?’ perguntavam os visitantes. ‘Não, ainda não’, foi a resposta: ‘Apóiem a espingarda no ombro de Kerensky, disparem contra Kornilov. Logo, acertaremos contas com Kerensky.’⁵

Julio Turra

Notas

1. “Bonaparte”: Relativo a “bonapartismo”, da obra de Karl Marx “O 18 Brumário de Louis Bonaparte” (1852), refere-se a um governo “pessoal” que busca equilibrar-se entre as classes fundamentais em luta como um “árbitro”, em nome do “interesse geral”.
2. “Frente Popular”, governo de colaboração de classes baseado numa coalizão entre partidos operários e partidos burgueses, erigido como “último recurso” para frear a revolução. Citação do “Programa de Transição” (1938).
3. “Divisão Selvagem”: criada em agosto de 1914, constituída por voluntários muçulmanos, oriundos da região do Cáucaso, foi extinta em 1918.
4. Riga: capital da Letônia, então parte da Rússia, que será uma das repúblicas que formarão a URSS até 1991.
5. León Trotsky in “História da Revolução Russa”, Tomo 2: “A burguesia mede-se com a democracia”.

Estados Unidos: seis meses de caos

Governo Trump aprofunda crise do imperialismo estadunidense

Seis meses de Trump, e suas decisões já foram suficientes para aprofundar a crise do imperialismo EUA. Só na primeira semana de agosto: houve ruptura com o Partido Republicano com o voto do senado contra revogação de disposições do Obamacare, e a demissão de seu chefe de gabinete (representante da velha guarda republicana). Sua postura frente ao ataque fascista em Charlottesville confirmam tal tendência (ver box).



Trump recebe John Kelly, novo chefe de gabinete, de um governo crise

Obamacare

A secretária geral do sindicato nacional das Enfermeiras (NNU), Rose Ann, explica que “o que levou à criação do Obamacare foi o pesadelo que se tornou o setor de saúde. Tínhamos 50 milhões de pessoas sem seguro médico, milhões de inadimplências frente às faturas médicas e uma multiplicação imensa do número de doentes obrigados a deixar seus tratamentos devido aos custos elevadíssimos. A lei do Obamacare lidaria com as piores desigualdades permitindo acesso ao Medicaid (programa de saúde estatal) às pessoas muito pobres e -- aos demais -- subsídios públicos para adquirirem planos privados. Contudo, a lei reforça o sistema de companhias privadas de saúde já que impõe a todos os indivíduos a obrigação de adquirir um plano privado.”

O Obamacare, lei elaborada pelos planos de saúde privados, permitiu, entretanto, que milhões de norte-americanos obtivessem acesso a serviços médicos.

Trump desautorizado

A substituição do Obamacare por um sistema mais limitado (preservando os interesses dos planos de saúde) foi a promessa de campanha que unificou os Republicanos. Tudo se complicou na hora de pô-la em prática. No final de julho, o senado votou duas vezes. Primeiro empatando 50 a 50 – desempate pelo vice de Trump (que tem a prerrogativa de desempate). Na segunda votação, a proposta foi derrotada por 51 a 49 votos.

A derrota de Trump mostra que há um temor na própria burguesia de que a revogação do Obamacare coloque a nu a reivindicação de um sistema de seguridade social totalmente público sem intervenção dos planos privados – uma antiga demanda do movimento dos trabalhadores, ratificada em 2008 pela AFL-CIO, principal central sindical dos EUA.

Crise no Partido Republicano e crise internacional

Trump aceitou a demissão de seu chefe

de gabinete, Reince Priebus, acusado pelo novo responsável de comunicações da Casa Branca de filtrar discussões governamentais. Tudo indica que os republicanos deixaram de buscar acordos com Trump, que fica assim suspenso no vazio. Nesta situação, a câmara dos deputados e o senado adotaram quase por unanimidade uma nova série de medidas contra a Rússia, um voto de oposição frontal a Trump. Tais manobras internas põem lenha na fogueira da crise internacional. As medidas proíbem empresas que têm negócios com a Rússia de acessar compras dos governos europeus e empréstimos de bancos dos EUA. Essa lei afeta principalmente as empresas envolvidas na construção do gasoduto Nord Stream 2 que visa fornecer gás para a Alemanha da Rússia. O governo e empresas alemãs estão protestando e a Rússia restringiu drasticamente representantes diplomáticos dos EUA. As relações internacionais contaminam-se pela crise interna da política norte-americana.

CHARLOTTESVILLE

A retórica reacionária e agressiva de Trump (visando seu eleitorado despolitizado) incentiva o fascismo nos EUA. No dia 12 de agosto, a coalizão “Direita Alternativa” (Alt-Right) organizou uma marcha em Charlottesville, na Virgínia, com o objetivo alegado de impedir o projeto da Câmara Municipal de demolir uma estátua de Robert Lee (líder dos exércitos pró-escravidão na guerra civil). Fascistas de todo o país desfilaram, alguns com bandeiras com suásticas nazistas, outros uniformizados e armados com metralhadoras, vários com os capuzes da Ku Klux Klan, provocando e atacando com violência a população negra e os trabalhadores da cidade. A polícia deixou-os em paz. Quando começaram a marchar contra um conjunto habitacional com forte população negra e latina, eles foram finalmente confrontados por manifestantes antifascistas, ativistas do Black Lives Matter (Vidas Negras Importam) e de movimentos sociais de bairros. Uma jovem ativista antifascista foi assassinada e vários outros foram feridos. Trump fez comentários cínicos culpando “ambos os lados” (algo também apresentado pela própria mídia), o que gerou ainda mais indignação no país inteiro.

Alemanha: Merkel é candidata para continuar atacando os direitos

Surgem no SPD pontos de apoio para romper a adaptação à “austeridade”

Em 24 de setembro, o SPD (Partido Social Democrata), de Martin Schulz, enfrentará o partido conservador CDU (União Demócrata Cristã), de Ângela Merkel, em eleições parlamentares que definirão o cargo de primeiro-ministro da Alemanha - ocupado por Merkel há três mandatos (desde 2005).

Essa eleição é vista com enorme indiferença pelos trabalhadores alemães. Segundo pesquisas, 60% dos eleitores ainda não se interessaram em definir em qual partido votarão pois nada esperam dessa disputa.

É um descrédito que se compara ao da França cujo presidente (Macron, direita) foi eleito em maio com o voto de somente 15% dos eleitores inscritos – e abstenção histórica de 56%. A razão de fundo é a mesma: os trabalhadores rejeitam a política da direita que aplica

a “austeridade” imposta pela União Europeia, a serviço do capital financeiro estadunidense. E, ao mesmo tempo, se afastam do partido tradicional da classe operária porque ele acompanha essa política, propondo correções cosméticas (por vezes nem isso, como na França).

No caso da Alemanha, o SPD esteve de mãos dadas com Merkel desde 2013, no governo da chamada Grande Coalizão, o que levou a graves derrotas eleitorais e à demissão, no início deste ano, do seu então presidente, Sigmar Gabriel.

Sua substituição por Martin Schulz chegou a provocar uma onda de esperança nas bases do SPD, mas que se dissipou quando ficou claro que o “plano para o futuro” de Schulz não passa de um acompanhamento crítico da política de Merkel. Por exemplo, diante do desmantelamento dos acor-

dos coletivos de trabalho, impostos pelo CDU, Schulz ousa propor aos trabalhadores, em particular aos quase 13 milhões que vivem na linha de pobreza, que eles tenham uma “poupança para se beneficiar de uma formação continuada” de modo a permitir que

eles se tornem... “empreendedores”!

No seio do SPD já começou um movimento que procura sair dessa via autodestrutiva e que está fadada a um fracasso eleitoral.

Correspondente

PREPARAÇÃO DA CMA NA ALEMANHA

Sindicalistas, dirigentes e militantes do SPD participaram em Berlim, em 17 de junho, de uma reunião europeia que se inscreveu na “busca de recomposição política do movimento operário apoiada no combate em defesa da independência de classe das organizações sindicais, defendendo com unhas e dentes as conquistas sociais e políticas arrancadas pela classe operária desde a segunda guerra mundial”. Chamando ao combate, em cada país, para derrotar as contrarreformas que pretendem impor os governos submissos à União Europeia, a reunião decidiu trabalhar para constituir uma delegação europeia à Conferência Mundial Aberta de Argel (confirmada para dezembro de 2017).

Trump ameaça Venezuela com “opção militar”

Oposição interna e governos da região recusam idéia, mas...

Em 11 de agosto, Donald Trump declarou: “Temos muitas opções em relação à Venezuela, inclusive a opção militar, se necessário”.

O que provocou reações contrárias: desde dirigentes da União Europeia, que não reconhece a Constituinte instalada em 5 de agosto, que pediram “solução pacífica”, até os governos latino-americanos, inclusive os mais servis aos EUA que suspenderam a Venezuela do Mercosul e tentaram adotar sanções contra Maduro na OEA, que se pronunciaram contra a “opção militar”.

No dia 13, a própria Mesa de Unidade Democrática (MUD), que agrupa a oposição venezuelana, posicionou-se contra qualquer intervenção externa, mesmo sem mencionar a fala de Trump, substituída por uma menção à “presença cubana” nas Forças Armadas do país.

O que não impediu que o vice-presidente dos EUA, Mike Pence, em turnê na América do Sul, tenha declarado, tanto na Colômbia, como na Argentina, ao ser recebido pelos presidentes Santos e Macri, que “além da solução militar” havia outras alternativas para a “tragédia da Venezuela causada pela tirania”. Pence instou os governos da

América Latina a “fazer mais” e a “aumentar a pressão diplomática e econômica”.

Não à ingerência imperialista

Conscientes de que está em jogo o destino dos trabalhadores e povos de toda a América Latina, organizações políticas, sindicais e populares da região, antes mesmo da declaração de Trump de 11 de agosto, tomaram posição em defesa da soberania nacional contra qualquer ingerência do imperialismo e dos governos submissos a ele na Venezuela (ver abaixo).

Também em Madri (Espanha) ocorreu uma manifestação em 3 de agosto, eixada em “A Venezuela não é mais colônia”, diante do Ministério das Relações Exteriores, com representantes de 40 organizações sociais e políticas, dentre elas o Partido Operário Socialista Internacionalista (POSI), seção da 4ª Internacional.

Em Caracas, no dia 14, uma grande marcha “anti-imperialista e em defesa da pátria” dirigiu-se ao Palácio Miraflores, sede do governo, expressando repúdio às ameaças de Trump (ver foto). Ao mesmo tempo, Maduro, dirigindo-se aos manifestantes desde



Manifestação em Caracas, 14 de agosto, “Fora Trump da América Latina”

um palanque encimado pelo painel “Fora Trump de América Latina”, ordenou a realização de exercícios militares preventivos.

Constituinte adota primeiras medidas

Em 8 de agosto, os constituintes decidiram constituir uma Comissão da Verdade e Justiça, para apurar as responsabilidades sobre as mais de cem mortes resultantes dos violentos confrontos protagonizados pela oposição desde o mês de abril.

No dia 12, foi tomada a decisão de pedir ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) de antecipar as eleições para governadores de estados (a Venezuela é uma federação de 23 estados mais a capital Caracas) de dezembro para outubro, enquanto o presidente Maduro lançava um chamado aos governos de todo o mundo para que se pronunciassem contra a intervenção militar dos EUA e propôs uma reunião de emergência da CELAC (Conselho dos Estados Latino-americanos e do Caribe). Rússia e China estiveram entre os primeiros a condenar a ameaça de Trump.

A antecipação das eleições estaduais, apresentada como nova chance de participação para todos os segmentos políticos, dividiu a MUD: a maioria

dos seus partidos decidiu participar, o que demonstra que os 8 milhões de votos na Constituinte, ao contrário de ser uma “fraude”, teve um impacto que levou esses setores a aceitar um quadro fixado pelo mesmo CNE que a MUD acusou de fraudar as eleições da Constituinte de 30 de julho. Mas setores de extrema direita falam em boicote, contando com as ameaças de Trump.

Nas ruas das principais cidades do país, como testemunha o constituinte Raúl Ordoñez ouvido por telefone, a principal preocupação do povo é com o controle de preços contra a especulação desenfreada: “as pessoas pedem que a Constituinte ataque a especulação, que congele preços e que crie mecanismos que punam os que impedem o acesso do povo aos produtos da cesta básica, bem como se aumente os impostos dos mais ricos para responder à situação econômica”.

A luta contra a ingerência e as ameaças militares do imperialismo dos EUA é um dever dos trabalhadores e povos de todo o mundo e suas organizações, em particular na América Latina cobrando de cada um de seus governos o respeito à soberania da nação venezuelana.

Lauro Fagundes

INICIATIVAS NO BRASIL E PERU

Em 1º de agosto formou-se no Brasil o Comitê pela Paz na Venezuela, agrupando mais de 30 entidades, dentre elas o PT, a CUT, MST, UNE, PCdoB e CTB. No dia 4, o seu manifesto foi entregue ao Consulado da Venezuela em São Paulo, com a presença de Ariovaldo Camargo, secretário adjunto de relações internacionais da CUT.

O manifesto denuncia “as violências e sabotagem contra o governo legítimo de Maduro”, saúda a Constituinte e sublinha: “Qual moral tem um usurpador como Michel Temer para falar em democracia, violando a própria Constituição de nosso país, ao adotar posições que ofendem a independência venezuelana? O Brasil não pode passar pela infâmia de se aliar a governos que conspiram contra uma nação livre e se associam a facções dedicadas a tomar o poder de assalto, apelando para o caos e a coação». Atos de solidariedade à Venezuela contra a agressão imperialista foram convocados para 1º de setembro.

No Peru, o presidente Pedro Pablo Kuczynski (PPK) organizou uma reunião em 8 de agosto com quinze governos latino-americanos para condenar Maduro e desconhecer a Constituinte (Bolívia, Equador e El Salvador recusaram essa proposta).

Na véspera, dia 7, uma declaração encabeçada pela Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP) e firmada por 18 federações e sindicatos nacionais, veio a público:

“Saúdamos a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, eleita democrática e soberanamente pelo povo da Venezuela! Rechaçamos a reunião de ministros convocada pelo governo PPK, por mandato da CIA e do governo dos EUA, para invadir a Venezuela!”. É hora de organizar em todos os países o combate contra a ingerência imperialista na Venezuela, pois como diz a declaração dos sindicalistas peruanos: “Defender a Venezuela é defender a soberania dos povos para decidir de forma independente o seu próprio destino!”.

Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br